



EXTRATO DA ATA DA 117ª (CENTÉSIMA DÉCIMA SETIMA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS (CBTU)

Aos quinze dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e trinta minutos, deliberou o Conselho de Administração da CBTU, empresa pública de capital fechado, CNPJ nº 42.357.483/0001-26, NIRE nº 53.5.0000875.6, por votação eletrônica, para manifestar-se sobre o tema objeto da 117ª Reunião Extraordinária, com a participação da Conselheira ELISA DE OLIVEIRA ALVES, presidente, e dos Conselheiros, ANTÔNIO ELIAS ZOGHBI DE CASTRO, CIRANO LOPES DE OLIVEIRA, DENIS EDUARDO ANDIA, MARCELL ALEXANDRE DE OLIVEIRA COSTA e MARCIO MONTEIRO GEA. A Assistente Executiva RUTE PORTUGAL DOS SANTOS foi convocada para secretariar os trabalhos.


Iniciada a votação os membros do Conselho de Administração, únicos presentes com direito a voto, deliberaram nos termos que se seguem:

Proposição nº 001-2025/GAGOV - Aditamento ao CTR 14/2022/P. O Conselho de Administração da CBTU, recebeu por intermédio da deliberação da Diretoria Executiva, apresentada por intermédio do Extrato da Ata da 738ª RO, de 10 de abril de 2025, a proposta de celebração do 3º Termo Aditivo para renovação do contrato celebrado com a empresa KOVR Seguradora S/A, referente à contratação do seguro de responsabilidade civil dos executivos - D&O (Directors & Officers), para membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, desta Companhia. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 05/05/2025 a 05/05/2026, no valor de R\$ 267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais), havendo disponibilidade orçamentária para a contratação, conforme Despacho nº 010-2025/GAPLO/DP. Considerando o interesse da empresa KOVR em permanecer prestando esse serviço, como manifestado no processo, a vantajosidade financeira da renovação, a ausência de cobrança de Taxa de Corretagem, os termos do Parecer Jurídico nº 031/2025/CEATO/GAJUR/P, de 10 de abril de 2025, e a avaliação favorável do Comitê de

Auditoria, consignada na Ata da 156ª RO, de 11 de abril de 2025, **o Conselho de Administração manifesta sua concordância com a celebração do 3º Termo Aditivo nos moldes pleiteados.**

Encerramento. Às 19 h e 30 min, do dia 15 de abril de 2025, foi encerrada a votação, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, vai assinada por mim, Rute Portugal dos Santos, secretária da mesa e pelos conselheiros.

Declaro que esta ata é cópia fiel daquela constante do respectivo Livro de Atas da Companhia, conforme DREI IN 81 Anexo V seção III item 4- nota II.

Documento assinado digitalmente
 **RUTE PORTUGAL DOS SANTOS**
Data: 23/04/2025 16:00:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RUTE PORTUGAL DOS SANTOS

Secretária da Mesa



PARECER JURÍDICO

Nº 031/2025/CEATO/GAJUR/P

**Assunto: Prorrogação da vigência do Contrato 14/2022/P – KORV
SEGURADORA S/A.**












EMENTA: 3º TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL. CONTRATO FIRMADO ENTRE A CBTU E A KORV SEGURADORA. PREVISÃO CONTRATUAL DE PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. RECOMENDÇÃO.

Senhor Gerente Geral Jurídico - GAJUR,

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de manifestação jurídica sobre celebração de termo aditivo entre a CBTU e a KORV SEGURADORA S/A, em que se objetiva a prorrogação contratual.

O procedimento foi instaurado pela área demandante do Contrato nº 014/2022-P e disponibilizado em pasta virtual denominada “Nuvem/CBTU”, com a seguinte especificação: PROCESSOS F:\AC\P\GAGOV\GAGOV. 3o TA. CTR 14.2022-P, instruído com os seguintes documentos:

PROCESSOS > ... > GAGOV > 3º TA. CTR 14.2022-P - KORV SEGURADORA < > +					
<input type="checkbox"/>	Nome		Tamanho	Modificado	
<input type="checkbox"/>	 1.CTR 14-2022 P - KOVR SEGURADORA S.A.pdf	***	2.4 MB	3 anos atrás	
<input type="checkbox"/>	 2.TA 01 - CTR 014-2022-P_assinado.pdf	***	2.1 MB	2 anos atrás	
<input type="checkbox"/>	 3.TA 02 - CTR 014-2022-P KOVR SEGURADORA.02 Assinado.pdf	***	519 KB	um ano atrás	
<input type="checkbox"/>	 4.ManifestacaoKROVRRenovacaoRES_CBTU - Seguro D&O - consulta renovação contratual.pdf	***	195 KB	16 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 6.CBTU - Cotação Renovação D&O.pdf	***	206 KB	7 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 5.Questionário D&O - KORV 2025.pdf	***	301 KB	7 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 7.Despacho 001-2025_3º TA Seguro D&Oassinado.pdf	***	219 KB	7 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 EmailEnviados	***	Pendente	7 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 RespostasRecebidas	***	Pendente	7 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 8.Despacho_AC_10-2025 GAPLO_Seguro_Dirigentes_GAGOV.pdf	***	143 KB	2 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 PROP001GAGOV2025.3TASeguroD&O.pdf	***	183 KB	um dia atrás	
2 pastas e 9 arquivos			Pendente		

O presente procedimento foi instaurado a partir de troca de e-mails entre a CBTU e a Contratada, nos quais houve tratativas acerca da prorrogação contratual. A Contratada manifestou formalmente sua concordância em relação à pretensão em análise, de acordo com o que consta no documento (Doc. 4 / Pasta “Nuvem CBTU”. Em forma de e-mail resposta, a seguradora confirma o interesse na renovação da apólice de D&O.

Ainda no âmbito da instrução processual, importante ressaltar que a área demandante juntou cópia do Contrato nº 014/2022-P e documento sobre disponibilidade orçamentária para o Termo Aditivo ora em análise.

Por fim, entre os documentos acostados na instrução, merece destaque o Despacho Circular nº 001-2025/GAGOV, que menciona explicitamente a vantajosidade de se manter o contrato com a KOVR SEGURADORA S.A., considerando o preço estimado de mercado.

O despacho informa que a Gerência Geral de Governança realizou uma pesquisa de preços com 20 seguradoras do ramo de seguro D&O, incluindo uma busca no site Banco de Preços.

De acordo com o despacho, a KOVR SEGURADORA, que é a atual contratada, manifestou interesse na renovação contratual para os próximos doze meses. Das seguradoras contatadas, apenas a KOVR SEGURADORA apresentou proposta, sendo o valor do prêmio de R\$ 267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais), valor abaixo do atual.

Diante dessa situação, o despacho conclui pela **manifesta vantajosidade da renovação**, considerando também o histórico de dificuldade na contratação do seguro de responsabilidade civil para Diretores e Administradores, com a primeira licitação deserta e a

É o que importa relatar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DA NATUREZA DO PARECER. ATO ENUNCIATIVO E DO PODER DISCRICIONÁRIO DO GESTOR.

Inicialmente, deve-se salientar que **a presente manifestação se restringe aos elementos constantes dos autos até a presente data.** No mais, incumbe à CEATO/GAJUR tecer análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na apreciação da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Companhia, nem avaliar aspectos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou econômica.

Também importa consignar que **as observações expedidas por esta CEATO/GAJUR são recomendações não vinculantes** com o objetivo de salvaguardar a autoridade competente. Assim, o acatamento ou não das sugestões no âmbito deste parecer decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa.

A natureza não vinculante da manifestação jurídica em processos no âmbito das licitações e contratações públicas pode ser atestada a partir do entendimento do Supremo Tribunal Federal, conforme os precedentes MS 24.073, Rel. Min. Carlos Velloso, Pleno, DJ 31/10/2003 e o MS 24.631, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Pleno, DJe 1º/2/2008.

2.2 DO ADITAMENTO CONTRATUAL. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

Inicialmente, cumpre mencionar que ao ser instada a se manifestar a Contratada externalizou sua concordância em continuar prestando serviços à CBTU, tal como se verifica no documento (Doc. 4 / Pasta “Nuvem CBTU” acima referido).

Constata-se que há previsão expressa no contrato que permite o aditamento, com finalidade de prorrogação do prazo de vigência contrato, (CTR_0014_2022_P), como se pode observar a seguir.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

3.1.1 A vigência da apólice de seguro observará a regra pre- vista no item 6.1 do Termo de Referência – Anexo I.

3.2 O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do artigo 71, da Lei nº 13.303/2016 e do artigo 233, do RILC-CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2 A CBTU mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CBTU;

3.2.4 O valor do contrato será considerado vantajoso para CBTU quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação; e

3.2.5 A CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação.

3.3 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

[...]

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. O valor deste contrato será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses, contados da data da proposta da CONTRATADA – Anexo II.

8.2. O valor consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta final, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, observadas as regras previstas no item 15 do Termo de Referência – Anexo I.

8.3. Considera-se proposta final aquela que houver sido adjudicada no procedimento licitatório do qual se originou este contrato.

Cumpra registrar que a hipótese de alteração contratual é originariamente prevista na Lei nº 13.303/2016, conforme artigos 71 e 72, dispositivos a seguir expostos:

Art. 71. A duração dos contratos regidos por esta Lei não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, exceto:

Art. 72. Os contratos regidos por esta Lei somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

No mesmo sentido, o RILC corrobora com os ditames da legislação federal, conforme artigo 233:

Art. 233. A duração dos contratos regidos pela Lei nº 13.303, de 2016 não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir da sua celebração, exceto:

Considerando-se que a Contratada concordou com a prorrogação contratual, bem como há previsão contratual e legal para a prorrogação, há possibilidade legal para a celebração do termo aditivo pretendido.

2.3 DOS REQUISITOS PARA ADITAMENTO CONTRATUAL PREVISTOS NO RILC/CBTU. ARTS. 231 E SEQUENTES DO RILC/CBTU

Imprescindível demonstrar, de igual modo, os requisitos para alteração contratual previstos no RILC/CBTU/2020, precisamente nos artigos 231, 232, 234, e 238-A, a seguir expostos:

“Art. 231. Os contratos contarão com cláusula que estabeleça a possibilidade de alteração, por acordo entre as partes, observado o art. 81 da Lei 13.303, de 2016.”

“Art. 232. A celebração de aditamentos contratuais para obras, serviços e fornecimentos deverá ser precedida de acordo entre as partes, atendendo os seguintes requisitos, no que couber:

I – Comprovação de existência de crédito orçamentário para o exercício corrente;

II - prova de regularidade da situação da Contratada no CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal;

III - prova de regularidade da situação da Contratada no CEIS- Consulta de Empresa Inidônea Suspensa;

IV - prova de regularidade junto à Fazenda Federal e ao

Sistema de Seguridade Social, incluindo o INSS e o FGTS;

V - aderência à legislação, inclusive junto aos órgãos reguladores;

VI - análise da área jurídica e elaboração do instrumento contratual;

VII - autorização da autoridade competente, observadas as regras insculpidas nos artigos 2º e 97, deste RILC/CBTU.

VIII - o prazo para abertura do processo estabelecido nas normas internas específicas;

IX - consulta à contratada quanto ao seu interesse na alteração do contrato, estabelecendo o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento da resposta, sob pena de não alterá-lo;

X - manifestação e justificativa da área interessada;

XI - execução dos serviços com adequado padrão de qualidade pela contratada mediante avaliação da gestão e fiscalização do contrato; e

XII – comprovação da vantajosidade para a CBTU.

§ 1º No caso de irregularidade junto ao CADIN, a contratada deve ser notificada para providenciar sua regularização, ressaltando-se que eventuais pendências não impedem a celebração do instrumento

§ 2º No caso de discordância ou desinteresse da contratada na celebração do aditivo de que trata o caput deste artigo, a Diretoria/Superintendência deverá ser comunicada sobre a necessidade de elaboração do planejamento para nova contratação.

§ 3º No caso de parecer desfavorável da área jurídica, a área interessada deverá comunicar à Diretoria/Superintendência sobre a necessidade de elaboração do planejamento para nova contratação ou outra medida que considerar pertinente.

§ 4º É vedada a celebração de termo aditivo de contrato cujo prazo de vigência tenha expirado, por ausência de previsão legal.

§ 5º As regras para a distribuição, publicação e arquivo dos termos aditivos obedecerão às disposições previstas no art. 215 deste RILC/CBTU.

§ 6º Para efeito de comprovação da vantajosidade de que trata o inciso XII deste artigo o gestor do contrato deverá comprovar, mediante nota técnica, que a continuidade do contrato é mais benéfica para a CBTU do que sua substituição.

§ 7º No caso de prorrogação contratual de serviços continuados a comprovação da vantajosidade se dará através de análise entre os preços contratados e aqueles praticados no mercado, de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais vantajosa que a realização de uma

nova licitação, sem prejuízo de eventual negociação com a contratada para adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de preços.

§ 8º Para tanto, o gestor deverá realizar pesquisa de preços, nos moldes previstos no art. 75 e seguintes, inclusive com elaboração da nota técnica de que trata o parágrafo 1º, do art. 80, no que couber.”

“Art. 234. Para as alterações contratuais, além dos requisitos indispensáveis citados nos itens do art. 232 deste RILC/CBTU, deverá ser observado o que segue:

- I - manutenção da mesma estrutura da composição de preço original do contrato;**
- II - vantagem técnica relativa à alteração de quantitativos, de especificações e de soluções de engenharia, quando couber;**
- III - apresentação de manifestação técnica fundamentada do gestor e fiscal do contrato, com aprovação da Diretoria/Superintendência a qual estiver vinculada a área demandante.”**

Acerca dos requisitos supramencionados, deve-se destacar o seguinte:

2.3.1. Vantajosidade da Prorrogação

A esse respeito, necessária assentar que a GAGOV instruiu o processo com pesquisa e consulta ao mercado, por meio de respostas/propostas específicas para o escopo da contratação atual. A partir delas, há um juízo de vantajosidade emitido pela área solicitante, conforme se observa no Despacho Circular nº 001-2025/GAGOV, no qual se destaca a vantajosidade da renovação contratual com a KOVR SEGURADORA S.A., com base em pesquisa de mercado realizada pela Gerência Geral de Governança junto a 20 seguradoras e ao Banco de Preços. A KOVR, atual contratada, foi a única a apresentar proposta, no valor de R\$ 267.000,00 — inferior ao contrato vigente — e demonstrou interesse na renovação por mais 12 meses. Considerando o histórico de dificuldades nas licitações anteriores (uma deserta e outra fracassada), o despacho conclui pela vantagem da renovação.

Dessa forma, os requisitos de justificativa da vantajosidade e análise de mercado são apresentados com respectiva apreciação dos preços obtidos/pesquisados, acerca dos quais esta CEATO não possui competência para exercer juízo de mérito.

2.3.2. Requisito faltante – instrução processual


Não obstante o atendimento aos pontos até então listados neste Parecer, cumpre informar que, à luz da instrução processual observada na pasta virtual Nuvem / CBTU, é necessária a **autorização da autoridade competente.**

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, acerca dos aspectos jurídico-formais, a CEATO **não vislumbra óbices legais, normativos e contratuais para formalização da prorrogação contratual nas condições informadas pela área solicitante, desde que seja observado o apontamento do item 2.3.2 deste Parecer Jurídico.**


Por derradeiro, cumpre salientar que esta análise lastreia-se nos elementos que constam até a presente data nos autos do processo, sem adentrar no mérito dos atos praticados pela administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa ou econômica.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Documento assinado digitalmente
 JOSE ELDER VALENCA SENA
Data: 10/04/2025 17:09:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

J. Elder V. Sena
Coordenador Técnico de Contratos – CEATO

Aprovo o **Parecer Jurídico nº 031-2025/CEATO/GAJUR/P** e remeto os autos à GAGOV para manifestação acerca das observações acima elencadas.

Documento assinado digitalmente
 MARCOS CAVALCANTI DE MORAIS SARINHO
Data: 10/04/2025 18:29:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcos Sarinho
Gerência Geral Jurídica - GAJUR



PARECER JURÍDICO

Nº 031/2025/CEATO/GAJUR/P

**Assunto: Prorrogação da vigência do Contrato 14/2022/P – KORV
SEGURADORA S/A.**












EMENTA: 3º TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL. CONTRATO FIRMADO ENTRE A CBTU E A KORV SEGURADORA. PREVISÃO CONTRATUAL DE PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. RECOMENDÇÃO.

Senhor Gerente Geral Jurídico - GAJUR,

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de manifestação jurídica sobre celebração de termo aditivo entre a CBTU e a KORV SEGURADORA S/A, em que se objetiva a prorrogação contratual.

O procedimento foi instaurado pela área demandante do Contrato nº 014/2022-P e disponibilizado em pasta virtual denominada “Nuvem/CBTU”, com a seguinte especificação: PROCESSOS F:\AC\P\GAGOV\GAGOV. 3o TA . CTR 14.2022-P, instruído com os seguintes documentos:

PROCESSOS > ... > GAGOV > 3º TA. CTR 14.2022-P - KORV SEGURADORA < > +					
<input type="checkbox"/>	Nome		Tamanho	Modificado	
<input type="checkbox"/>	 1.CTR 14-2022 P - KOVR SEGURADORA S.A.pdf	***	2.4 MB	3 anos atrás	
<input type="checkbox"/>	 2.TA 01 - CTR 014-2022-P_assinado.pdf	***	2.1 MB	2 anos atrás	
<input type="checkbox"/>	 3.TA 02 - CTR 014-2022-P KOVR SEGURADORA.02 Assinado.pdf	***	519 KB	um ano atrás	
<input type="checkbox"/>	 4.ManifestacaoKROVRenovacaoRES_CBTU - Seguro D&O - consulta renovação contratual.pdf	***	195 KB	16 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 6.CBTU - Cotação Renovação D&O.pdf	***	206 KB	7 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 5.Questionário D&O - KORV 2025.pdf	***	301 KB	7 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 7.Despacho 001-2025_3º TA Seguro D&Oassinado.pdf	***	219 KB	7 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 EmailEnviados	***	Pendente	7 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 RespostasRecebidas	***	Pendente	7 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 8.Despacho_AC_10-2025 GAPLO_Seguro_Dirigentes_GAGOV.pdf	***	143 KB	2 dias atrás	
<input type="checkbox"/>	 PROP001GAGOV2025.3TASeguroD&O.pdf	***	183 KB	um dia atrás	
2 pastas e 9 arquivos			Pendente		

O presente procedimento foi instaurado a partir de troca de e-mails entre a CBTU e a Contratada, nos quais houve tratativas acerca da prorrogação contratual. A Contratada manifestou formalmente sua concordância em relação à pretensão em análise, de acordo com o que consta no documento (Doc. 4 / Pasta “Nuvem CBTU”. Em forma de e-mail resposta, a seguradora confirma o interesse na renovação da apólice de D&O.

Ainda no âmbito da instrução processual, importante ressaltar que a área demandante juntou cópia do Contrato nº 014/2022-P e documento sobre disponibilidade orçamentária para o Termo Aditivo ora em análise.

Por fim, entre os documentos acostados na instrução, merece destaque o Despacho Circular nº 001-2025/GAGOV, que menciona explicitamente a vantajosidade de se manter o contrato com a KOVR SEGURADORA S.A., considerando o preço estimado de mercado.

O despacho informa que a Gerência Geral de Governança realizou uma pesquisa de preços com 20 seguradoras do ramo de seguro D&O, incluindo uma busca no site Banco de Preços.

De acordo com o despacho, a KOVR SEGURADORA, que é a atual contratada, manifestou interesse na renovação contratual para os próximos doze meses. Das seguradoras contatadas, apenas a KOVR SEGURADORA apresentou proposta, sendo o valor do prêmio de R\$ 267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais), valor abaixo do atual.

Diante dessa situação, o despacho conclui pela **manifesta vantajosidade da renovação**, considerando também o histórico de dificuldade na contratação do seguro de responsabilidade civil para Diretores e Administradores, com a primeira licitação deserta e a

É o que importa relatar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DA NATUREZA DO PARECER. ATO ENUNCIATIVO E DO PODER DISCRICIONÁRIO DO GESTOR.

Inicialmente, deve-se salientar que **a presente manifestação se restringe aos elementos constantes dos autos até a presente data.** No mais, incumbe à CEATO/GAJUR tecer análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na apreciação da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Companhia, nem avaliar aspectos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou econômica.

Também importa consignar que **as observações expedidas por esta CEATO/GAJUR são recomendações não vinculantes** com o objetivo de salvaguardar a autoridade competente. Assim, o acatamento ou não das sugestões no âmbito deste parecer decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa.

A natureza não vinculante da manifestação jurídica em processos no âmbito das licitações e contratações públicas pode ser atestada a partir do entendimento do Supremo Tribunal Federal, conforme os precedentes MS 24.073, Rel. Min. Carlos Velloso, Pleno, DJ 31/10/2003 e o MS 24.631, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Pleno, DJe 1º/2/2008.

2.2 DO ADITAMENTO CONTRATUAL. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

Inicialmente, cumpre mencionar que ao ser instada a se manifestar a Contratada externalizou sua concordância em continuar prestando serviços à CBTU, tal como se verifica no documento (Doc. 4 / Pasta “Nuvem CBTU” acima referido).

Constata-se que há previsão expressa no contrato que permite o aditamento, com finalidade de prorrogação do prazo de vigência contrato, (CTR_0014_2022_P), como se pode observar a seguir.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

3.1.1 A vigência da apólice de seguro observará a regra pre- vista no item 6.1 do Termo de Referência – Anexo I.

3.2 O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do artigo 71, da Lei nº 13.303/2016 e do artigo 233, do RILC-CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2 A CBTU mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CBTU;

3.2.4 O valor do contrato será considerado vantajoso para CBTU quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação; e

3.2.5 A CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação.

3.3 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

[...]

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. O valor deste contrato será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses, contados da data da proposta da CONTRATADA – Anexo II.

8.2. O valor consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta final, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, observadas as regras previstas no item 15 do Termo de Referência – Anexo I.

8.3. Considera-se proposta final aquela que houver sido adjudicada no procedimento licitatório do qual se originou este contrato.

Cumpra registrar que a hipótese de alteração contratual é originariamente prevista na Lei nº 13.303/2016, conforme artigos 71 e 72, dispositivos a seguir expostos:

Art. 71. A duração dos contratos regidos por esta Lei não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, exceto:

Art. 72. Os contratos regidos por esta Lei somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

No mesmo sentido, o RILC corrobora com os ditames da legislação federal, conforme artigo 233:

Art. 233. A duração dos contratos regidos pela Lei nº 13.303, de 2016 não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir da sua celebração, exceto:

Considerando-se que a Contratada concordou com a prorrogação contratual, bem como há previsão contratual e legal para a prorrogação, há possibilidade legal para a celebração do termo aditivo pretendido.

2.3 DOS REQUISITOS PARA ADITAMENTO CONTRATUAL PREVISTOS NO RILC/CBTU. ARTS. 231 E SEQUENTES DO RILC/CBTU

Imprescindível demonstrar, de igual modo, os requisitos para alteração contratual previstos no RILC/CBTU/2020, precisamente nos artigos 231, 232, 234, e 238-A, a seguir expostos:

“Art. 231. Os contratos contarão com cláusula que estabeleça a possibilidade de alteração, por acordo entre as partes, observado o art. 81 da Lei 13.303, de 2016.”

“Art. 232. A celebração de aditamentos contratuais para obras, serviços e fornecimentos deverá ser precedida de acordo entre as partes, atendendo os seguintes requisitos, no que couber:

I – Comprovação de existência de crédito orçamentário para o exercício corrente;

II – prova de regularidade da situação da Contratada no CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal;

III – prova de regularidade da situação da Contratada no CEIS - Consulta de Empresa Inidônea Suspensa;

IV – prova de regularidade junto à Fazenda Federal e ao

Sistema de Seguridade Social, incluindo o INSS e o FGTS;

V - aderência à legislação, inclusive junto aos órgãos reguladores;

VI - análise da área jurídica e elaboração do instrumento contratual;

VII - autorização da autoridade competente, observadas as regras insculpidas nos artigos 2º e 97, deste RILC/CBTU.

VIII - o prazo para abertura do processo estabelecido nas normas internas específicas;

IX - consulta à contratada quanto ao seu interesse na alteração do contrato, estabelecendo o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento da resposta, sob pena de não alterá-lo;

X - manifestação e justificativa da área interessada;

XI - execução dos serviços com adequado padrão de qualidade pela contratada mediante avaliação da gestão e fiscalização do contrato; e

XII – comprovação da vantajosidade para a CBTU.

§ 1º No caso de irregularidade junto ao CADIN, a contratada deve ser notificada para providenciar sua regularização, ressaltando-se que eventuais pendências não impedem a celebração do instrumento

§ 2º No caso de discordância ou desinteresse da contratada na celebração do aditivo de que trata o caput deste artigo, a Diretoria/Superintendência deverá ser comunicada sobre a necessidade de elaboração do planejamento para nova contratação.

§ 3º No caso de parecer desfavorável da área jurídica, a área interessada deverá comunicar à Diretoria/Superintendência sobre a necessidade de elaboração do planejamento para nova contratação ou outra medida que considerar pertinente.

§ 4º É vedada a celebração de termo aditivo de contrato cujo prazo de vigência tenha expirado, por ausência de previsão legal.

§ 5º As regras para a distribuição, publicação e arquivo dos termos aditivos obedecerão às disposições previstas no art. 215 deste RILC/CBTU.

§ 6º Para efeito de comprovação da vantajosidade de que trata o inciso XII deste artigo o gestor do contrato deverá comprovar, mediante nota técnica, que a continuidade do contrato é mais benéfica para a CBTU do que sua substituição.

§ 7º No caso de prorrogação contratual de serviços continuados a comprovação da vantajosidade se dará através de análise entre os preços contratados e aqueles praticados no mercado, de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais vantajosa que a realização de uma

nova licitação, sem prejuízo de eventual negociação com a contratada para adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de preços.

§ 8º Para tanto, o gestor deverá realizar pesquisa de preços, nos moldes previstos no art. 75 e seguintes, inclusive com elaboração da nota técnica de que trata o parágrafo 1º, do art. 80, no que couber.”

“Art. 234. Para as alterações contratuais, além dos requisitos indispensáveis citados nos itens do art. 232 deste RILC/CBTU, deverá ser observado o que segue:

- I - manutenção da mesma estrutura da composição de preço original do contrato;**
- II - vantagem técnica relativa à alteração de quantitativos, de especificações e de soluções de engenharia, quando couber;**
- III - apresentação de manifestação técnica fundamentada do gestor e fiscal do contrato, com aprovação da Diretoria/Superintendência a qual estiver vinculada a área demandante.”**

Acerca dos requisitos supramencionados, deve-se destacar o seguinte:

2.3.1. Vantajosidade da Prorrogação

A esse respeito, necessária assentar que a GAGOV instruiu o processo com pesquisa e consulta ao mercado, por meio de respostas/propostas específicas para o escopo da contratação atual. A partir delas, há um juízo de vantajosidade emitido pela área solicitante, conforme se observa no Despacho Circular nº 001-2025/GAGOV, no qual se destaca a vantajosidade da renovação contratual com a KOVR SEGURADORA S.A., com base em pesquisa de mercado realizada pela Gerência Geral de Governança junto a 20 seguradoras e ao Banco de Preços. A KOVR, atual contratada, foi a única a apresentar proposta, no valor de R\$ 267.000,00 — inferior ao contrato vigente — e demonstrou interesse na renovação por mais 12 meses. Considerando o histórico de dificuldades nas licitações anteriores (uma deserta e outra fracassada), o despacho conclui pela vantagem da renovação.

Dessa forma, os requisitos de justificativa da vantajosidade e análise de mercado são apresentados com respectiva apreciação dos preços obtidos/pesquisados, acerca dos quais esta CEATO não possui competência para exercer juízo de mérito.

2.3.2. Requisito faltante – instrução processual


Não obstante o atendimento aos pontos até então listados neste Parecer, cumpre informar que, à luz da instrução processual observada na pasta virtual Nuvem / CBTU, é necessária a **autorização da autoridade competente.**

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, acerca dos aspectos jurídico-formais, a CEATO **não vislumbra óbices legais, normativos e contratuais para formalização da prorrogação contratual nas condições informadas pela área solicitante, desde que seja observado o apontamento do item 2.3.2 deste Parecer Jurídico.**


Por derradeiro, cumpre salientar que esta análise lastreia-se nos elementos que constam até a presente data nos autos do processo, sem adentrar no mérito dos atos praticados pela administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa ou econômica.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Documento assinado digitalmente
 JOSE ELDER VALENCA SENA
Data: 10/04/2025 17:09:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

J. Elder V. Sena
Coordenador Técnico de Contratos – CEATO

Aprovo o **Parecer Jurídico nº 031-2025/CEATO/GAJUR/P** e remeto os autos à GAGOV para manifestação acerca das observações acima elencadas.

Documento assinado digitalmente
 MARCOS CAVALCANTI DE MORAIS SARINHO
Data: 10/04/2025 18:29:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcos Sarinho
Gerência Geral Jurídica - GAJUR

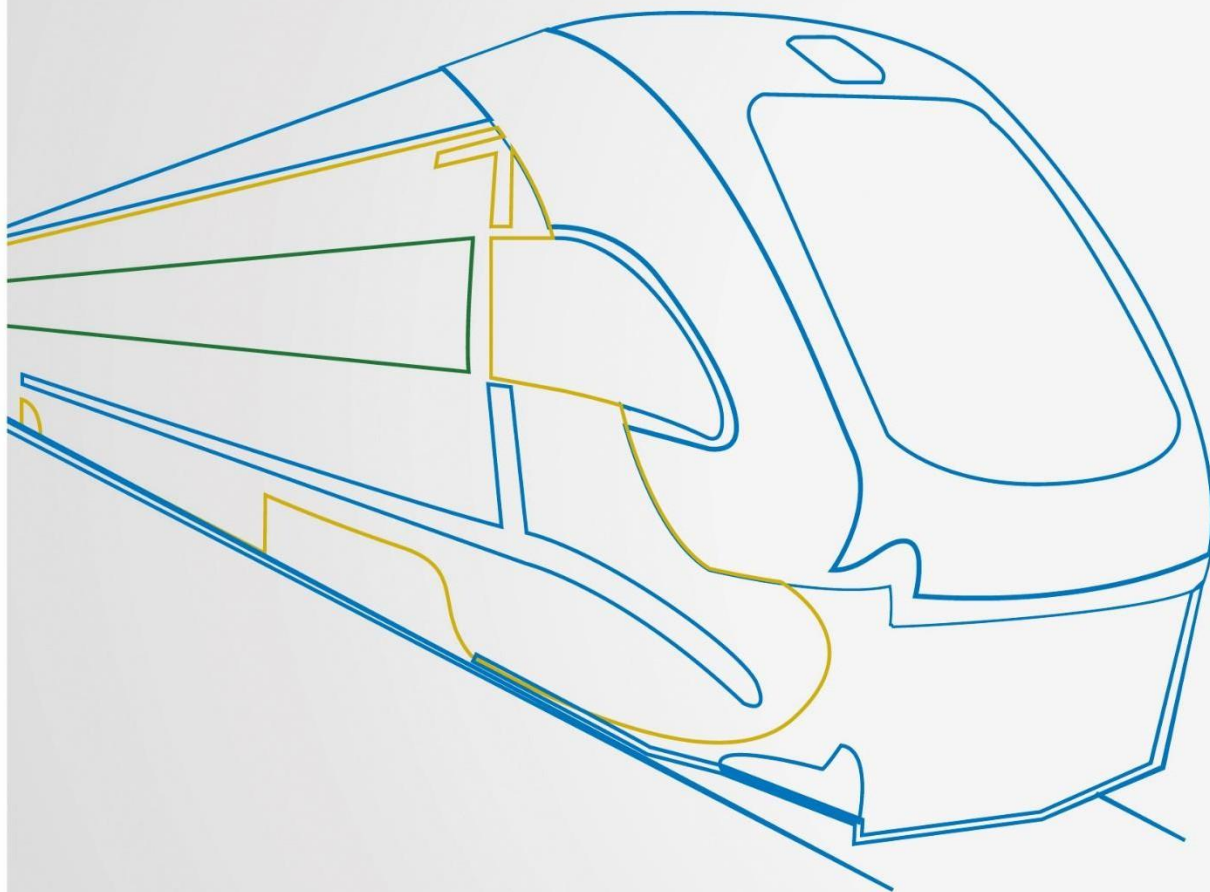
TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 014-2022/P

CBTU

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

&

KOVR SEGURADORA S.A.



**CBTU****Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Administração Central

Termo Aditivo nº 03 – **PRORROGAÇÃO DE PRAZO E SUPRESSÃO DE VALOR** - ao Contrato nº 014-2022/P, que entre si fazem, de um lado, a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - **CBTU**, e, de outro, a **KOVR SEGURADORA S.A.**, na forma abaixo.

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular de Alteração Contratual, expedido em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para, juntas, produzirem um só efeito de direito, de um lado, a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, com sede no Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 01, Bloco B, no Edifício CNC, 12º andar, CEP 70041-902, inscrita no CNPJ sob o nº 42.357.483/0001-26, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da carteira de identidade nº 3012434, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 651.472.354-34 e Diretora Planejamento e Relações Institucionais **EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA**, portador da carteira de identidade nº M 2170770, expedida pelo SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 526.905.556-20, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **KOVR SEGURADORA S.A.**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 42.366.302/0001-28, com sede na Av Brigadeiro Faria Lima nº 3477 Torre B, ITAIM BIBI, em São Paulo/SP, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente **THIAGO COELHO LEÃO DE MOURA**, portador da Carteira de Identidade nº 25.075.806, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 226.111.128-27 e por sua Superintendente Jurídica **LOHANA DE LIMA FITA**, portador da Carteira de Identidade nº 180.177, expedida pela OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 124.198.397-65, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam em alterar o Contrato 014-2022/P, na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem como objeto:

- 1.1.1. Prorrogar o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses nos termos da Cláusula Terceira do contrato;



- 1.1.2. Reduzir em 21,17% (vinte e um vírgula dezessete por cento) o valor inicial atualizado do Contrato nos termos da Cláusula Vigésima.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O Contrato nº 014-2022-P terá sua vigência prorrogada pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir do dia 04/05/2025 e com seu término no dia 05/05/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUPRESSÃO DO VALOR CONTRATUAL

3.1 O valor vigente do Contrato é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). Com a supressão objeto deste Termo Aditivo, o valor global passa para R\$ 267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de 2025, conforme classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 15.122.0032.2000.0001

Elemento de Despesa: 339039

Plano Interno: A1DEGV03

Categoria Econômica: ORCUST

Nota de Empenho 2025NE000774

CLÁUSULA QUINTA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1 O Processo Administrativo que originou este Termo Aditivo possui o seguinte endereço virtual: PROCESSOSF:\AC\P\GAGOV\GAGOV.3oTA. CTR 14.2022-P.

5.2. As alterações contratuais promovidas neste instrumento encontram amparo legal nos arts. 71, inciso I e II; art. 81, II da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, combinados com o disposto nos arts. 231, 232, 233 do RILC/CBTU.

CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

6.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato inicial celebrado entre as partes, bem como nos seus termos aditivos.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, obrigando-se por si e seus sucessores, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Brasília, de 2025.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

Assinado digitalmente por JOSE MARQUES DE LIMA: [REDACTED]
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(SEM BRANCO), OU=16694782000190, OU=presencial, CN=JOSE MARQUES DE LIMA
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.05.05 09:11:59-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

JOSE MARQUES DE LIMA: [REDACTED]

José Marques de Lima

- Diretor-Presidente -

Assinado de forma digital por EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA: [REDACTED]
Dados: 2025.04.30 17:47:21 -03'00'

EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA: [REDACTED]

Eduardo Oliveira Coimbra

- Diretor de Planejamento e Relações Institucionais -

KOVR SEGURADORA S.A

Digitally signed by THIAGO COELHO LEAO DE MOURA: [REDACTED]
Date: 2025.04.30 17:21:09 -03'00'

THIAGO COELHO LEAO DE MOURA: [REDACTED]

Thiago Coelho Leão de Moura
- Representante Legal -

Digitally signed by LOHANA DE LIMA FITA
Date: 2025.04.30 17:22:01 -03'00'

LOHANA DE LIMA FITA

Lohana De Lima Fita
- Representante legal -

Testemunhas:

1) _____
CPF: _____

2) _____
CPF: _____